

De: Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado
Para: Comissão de Educação e Ciência

Pedido de Audiência: Ensino Artístico Especializado

Ex.mos Srs.

Como é do V/ conhecimento a maioria das Escolas do Ensino Artístico Especializado da Música, Dança e Artes Visuais (106 num total de 112) pertence à rede do Ensino Particular e Cooperativo, que desde há largo anos têm vindo a ser financiadas pelo Governo de Portugal através da celebração de Contratos de Patrocínios, tendo em conta a escassa ou mesmo inexistente oferta pública neste setor.

Contudo, apesar da reconhecida importância deste tipo de ensino e do verdadeiro serviço público que prestam, têm sido, desde há uns anos a esta data, alvo de uma continuada desconsideração no que diz respeito ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado perante estas instituições, nomeadamente no pagamento atempado dos serviços prestados.

À data de hoje, a maioria das Escolas do Ensino Artístico Especializado (EAE) não recebeu qualquer verba relativa aos Contratos de Patrocínio 2015-2016, o que segundo a Portaria 224-A/2015, deveria ter acontecido até 15 de Outubro, a 1ª tranche e até 30 de novembro, a 2ª tranche (40 % do financiamento previsto para este ano letivo). A situação assume um carácter mais grave nas Escolas que até ao ano letivo transacto eram financiadas pelos Fundos Comunitários, já que existem ainda processos por encerrar (acertos finais) e cuja maior consequência é, neste momento, os vários meses de salários em atraso de professores e funcionários não docentes.

Apesar de termos consciência que esta situação é da inteira responsabilidade do anterior Governo, que agora cessou funções, e já que não conseguimos ter acesso a qualquer informação por parte dos serviços competentes (DGEstE's), vimos solicitar o agendamento de uma reunião de carácter urgente dado a importância do assunto, na qual estará, também, presente uma delegação da FENPROF.

A situação está atingir proporções dramáticas, tendo em conta a falta de liquidez que atinge estas escolas. Neste momento existem já:

- Salários de atraso, que nalguns casos chega aos 9 meses;
- Suspensões de inúmeros Contratos de Trabalho;
- Incumprimento perante as Finanças, Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;
- Incumprimento de pagamento aos inúmeros fornecedores.

Por outro lado, as informações recolhidas junto do Tribunal de Contas não são animadoras; isto é, à semelhança do ano letivo transacto os processos foram enviados para aquele Tribunal, apenas e inexplicavelmente a 11 de Novembro e sem estarem

devidamente munidos de toda a documentação necessária para a sua aprovação, tendo já sido devolvidos às respectivas DGEstE's para a sua complementação/correção.

Por não podermos aceitar que esta se transforme numa situação de “normalidade” prejudicando o normal funcionamento das escolas, a vida dos professores e suas famílias, e por consequência a dos alunos, vimos também solicitar a imediata resolução deste problema, nem que seja através de uma medida de exceção ou adiantamento sujeito a acertos posteriores. Queremos acreditar que este não será o terceiro natal consecutivo sem o mínimo de dignidade, isto é, com 2, 3, 4 ou mesmo 9 meses de salários em atraso.

Melhores cumprimentos,

Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado
Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado
movimento.eae@gmail.com